

EDITORIAL

Na eleição presidencial de 2010, vimos o reforço da polarização entre PT e PSDB, e uma analogia com o bipartidarismo norte-americano não seria totalmente descabida. Como lá, temos aqui um partido mais social (PT) e outro mais republicano (PSDB), mas ambos apresentaram uma agenda de desenvolvimento nacional com interessantes pontos em comum, demonstrando que certos projetos de desenvolvimento são de interesse de Estado e se colocam acima dos interesses eleitorais. A ferrovia norte-sul e a transposição do rio São Francisco são dois exemplos emblemáticos. Assim, começa a formar-se no sistema partidário brasileiro uma salutar agenda de interesse nacional (a razão de Estado) por sobre os projetos eleitorais de cada agremiação.

Mas o quadro político brasileiro não é tão evoluído assim, diante de um federalismo que apresenta, além da clivagem partidária, também forte clivagem regional, o que acaba por desvelar contradições internas mesmo nas agremiações partidárias mais ideológicas.

As particularidades do sistema federativo brasileiro pós-redemocratização já foram brilhantemente analisadas pelos cientistas políticos Fernando Abrúcio e Sérgio Abranches, este com a tese do “presidencialismo de coalizão” para explicar a lógica do preenchimento das pastas ministeriais e outros cargos administrativos importantes a partir do peso partidário e regional na aliança governista, aquele com a retomada da “política dos governadores”. Já faz, ao menos, três eleições que se manifesta uma distribuição territorial desigual dos votos presidenciais (o PT venceu na maioria dos estados do Norte-Nordeste e o PSDB nos estados do Centro-Sul).

Efetivamente, o sistema político brasileiro oscila historicamente entre o fortalecimento do poder central e as autonomias regionais. No caso partidário, observa-se que o PMDB paga um preço elevado por se efetivar enquanto partido nacional, sendo profundamente clivado por interesses regionais diversos. Ao contrário, os demais partidos, caso emblemático do DEM (ex-PFL), sequer alcançam lograr alguma integração nacional efetiva, justamente pelo peso esmagador de determinada região na formação de sua base eleitoral e quadros partidários (o DEM está concentrado no Nordeste e, no caso do Centro-Sul, quase que restrito à Santa Catarina, estado onde existe uma importante classe média urbana e de pequenos proprietários fundiários, de ideologia bastante próxima da liberal). O PSDB, por sua vez, reforçou sua base eleitoral no Centro-Sul, ligado, especialmente, ao empresariado e interesses agroexportadores. Mas nada disto é fato novo.

O novidadeiro é a transformação do Partido dos Trabalhadores num partido nacional. Apesar de ser um partido mais ideologizado e programático que o PMDB, isto não representa força suficiente para que fique imune aos interesses regionais diversos. O artigo da professora Nazira Camely permite ilações interessantes, sendo a principal o fato de haver dois PTs, um mais vermelho que domina na faixa que vai do Centro-Sul ao Nordeste, outro mais verde, que domina no Norte,

cujo centro geográfico é o estado do Acre. Daí que essa facção verde petista considera a natureza mais importante até que os trabalhadores rurais amazônidas, impondo sua ideologia ecológica de classe média em detrimento da ideologia humanista de esquerda. Com isso, essa facção verde petista não somente subverte a lógica classista da história desse partido, como fomenta uma oposição acreana assentada justamente nas bases sociais que tradicionalmente foram simpáticas ao PT. Talvez o preço dessa opção política tenha sido, justamente, cobrado no Acre nas eleições de 2010.

É por isso que todo brasileiro deveria ler o artigo inaugural desta terceira edição, de autoria da professora Nazira Correia Camely (UFAC), denunciando essa política ambiental, ditada pelos países centrais e empresas transnacionais ligadas ao uso da biotecnologia, para a Amazônia brasileira, e que tem como principal efeito o agravamento do problema agrário regional com a expulsão de milhares de famílias camponesas de áreas transformadas em unidades de conservação ambiental. O futuro brasileiro está no mar territorial sim, mas também no espaço amazônico, onde não podemos nos deixar enganar por interesses internacionalistas que desejam frear o desenvolvimento econômico de nosso país.

Na mesma linha, o artigo conjunto da doutoranda Claire Gomes dos Santos (PPGA – UFRGS) e da professora Rosinha Machado Carrion (PPGA – UFRGS) discute os modelos de governança da cooperação internacional para o desenvolvimento, destacando as relações de parceria, dependência e condescendência das ONGs do Hemisfério Sul em relação às Organizações Intergovernamentais e ONGs do Hemisfério Norte.

O artigo do professor Leandro Dias de Oliveira (UFRJ – Campus Seropédica) segue raciocínio também similar, denunciando a ideologia do Desenvolvimento Sustentável que não faz mais do que mitificar uma pseudo crise ambiental, quando verdadeiramente, trata-se de uma crise de reprodução do capitalismo a partir da matriz energética do petróleo. É nesse escopo, que surgem as conferências mundiais como a Rio-92, espécie de simulacro espacial, isto é, mega-evento de distração da opinião pública mundial.

A presente edição apresenta ainda outro brilhante artigo de Vinicius Modolo Teixeira e da professora Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo (Universidade Federal de Uberlândia), que discute a região noroeste sul-americana, especialmente o antagonismo entre contenciosos fronteiriços e projetos integracionistas: *“Ao mesmo tempo onde ocorriam reuniões para promover a articulação política e econômica regional, as tropas permaneciam estacionadas junto à fronteira dos antigos rivais, não contribuindo dessa maneira ao ganho de confiança entre os parceiros dos blocos de integração.”* Destacam os autores o papel estratégico do Equador, que representaria espécie de área-pivô no “Arco de Instabilidade” e também nos processos integracionistas pensados para a América do Sul, e em particular, a região amazônica.

As propostas do *Club de Madrid* ao enfrentamento do terrorismo internacional são analisadas no artigo de Hermes Moreira (professor da Faculdade Anglo Americano e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para os EUA).

O artigo de Diego Santos Vieira de Jesus (professor da Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio) apresenta os avanços e recuos da política de desarmamento atômico, especialmente destacando a influência da política doméstica estadunidense.

Já o doutorando Rodinei Tarciano Silva (Ciência Política - UFSCar) resgata o papel do Ministério da Defesa do Brasil e da Política Nacional de Defesa segundo a teoria clausewitziana, que prega a submissão da Guerra à Política, especialmente em regimes democráticos.

O artigo conjunto de Roberto Sete Azevedo Júnior e Renato Candido da Silva analisa o conceito de gestão em artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia, no período entre 1980 e 2005. Enquanto Juliana Maria de Almeida Carvalho analisa a similitude entre mercantilismo e neoliberalismo econômico (a globalização) pela permanência do exercício do poder estatal, sempre chamado, inclusive pelos próprios liberais, a intervir na ordem econômica especialmente nos momentos de crises sistêmicas.

Finalmente, o artigo da Dra. Sandra Rodrigues Braga (CNPq), que deve ser lido por todos os que desejam se iniciar na arte/ciência da geopolítica pela competente abordagem do histórico das “escolas nacionais de geopolítica”, desde Friedrich Ratzel até Yves Lacoste, passando ainda por T. Mahan, K. Haushofer, N. Spykman e Halford Mackinder.

Edu Silvestre de Albuquerque

Editor-Geral